



**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil

2

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGI

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 2

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil
2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã
de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-497-9

DOI 10.22533/at.ed.979202710

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes
da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III.
Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 02 de **“*Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil*”**, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 02 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA NA PERSPECITIVA INCLUSIVA

Raimundo Nonato Carlos Arruda

Alceu Zoia

DOI 10.22533/at.ed.9792027101

CAPÍTULO 2..... 11

GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: UMA REFLEXÃO DAS AÇÕES COTIDIANAS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM GURUPI – TO

Joel Moisés Silva Pinho

Jamim Alves Araújo

DOI 10.22533/at.ed.9792027102

CAPÍTULO 3..... 20

PERCURSO FORMATIVO E TRABALHO DOCENTE: SABERES E PRÁTICAS

Fábia Lima Algarve

Andrea Ad Reginatto

DOI 10.22533/at.ed.9792027103

CAPÍTULO 4..... 28

CONVERSANDO COM PAIS SOBRE AS (CON)VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cândida Prates Dantas

Clarissa Faverzani Magnago

Marjorie Ribeiro Macedo de Oliveira

Pedro Henrique Machado

DOI 10.22533/at.ed.9792027104

CAPÍTULO 5..... 36

COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO DO IFMT- CAMPUS BARRA DO GARÇAS: UM PASSO EM DIREÇÃO A “EDUCAÇÃO PARA O PENSAR” DE MATTHEW LIPMAN

Ivo Luciano da Assunção Rodrigues

João Luis Binde

Bianca Sobrinho Lima

Luiz Roberto dos Santos Corrêa Neto

Natália Lima Frank

Victória da Cruz Mota

DOI 10.22533/at.ed.9792027105

CAPÍTULO 6..... 48

DESAFIOS NA APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO HÍBRIDO EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO INTEGRADO

Renato de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.9792027106

CAPÍTULO 7	59
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA E SUA GUERRA DE BOTÕES	
Wallace Santos Vieira	
Kássia Auxiliadora Filiagi Gregory	
Maritza Maciel Castrillon Maldonado	
DOI 10.22533/at.ed.9792027107	
CAPÍTULO 8	71
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DESAFIO CONTEMPORÂNEO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR	
Jurema Pires Soares	
Ilma de Araújo Xaud	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9792027108	
CAPÍTULO 9	81
INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCOMPREENSÃO: ARTICULAR POLÍTICAS EDUCATIVAS E LINGÜÍSTICAS A FAVOR DO PLURILINGUÍSMO E DA INTERCULTURALIDADE NOS IES	
Joséphine Correia Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.9792027109	
CAPÍTULO 10	85
VIOLÊNCIA URBANA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Adelcio Machado dos Santos	
Adriana Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97920271010	
CAPÍTULO 11	100
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR GESTOR ESCOLAR	
Krys Ellem Honório Cardoso	
Ester Assalin	
DOI 10.22533/at.ed.97920271011	
CAPÍTULO 12	115
UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA, MULTI OU INTERCULTURAL? O CASO PERUANO DO ENCONTRO TINKUY	
Lilia Maria Nieva Villegas	
Sonia Cristina Soares Dias Vermelho	
Charo Jacqueline Jauregui Sueldo	
DOI 10.22533/at.ed.97920271012	
CAPÍTULO 13	122
O TÉCNICO E A COMUNIDADE	
Etianne Alves Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97920271013	

CAPÍTULO 14..... 133

EDUCAÇÃO E CONSUMO NA CIBERCULTURA: PROCESSO DE COMUNICAÇÃO ONLINE

Solange de Fátima Wollenhaupt
Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.97920271014

CAPÍTULO 15..... 145

ONDE ESTÃO OS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO EIXO TECNOLÓGICO RECURSOS NATURAIS DO IFAM-CAMPUS PARINTINS?

Iago Pantoja de Azevedo
Norberto Góes Junior
Wanderley Mendonça de Souza
Kildery Alex Freitas Serrão
Ana Carolina Souza Sampaio Nakauth

DOI 10.22533/at.ed.97920271015

CAPÍTULO 16..... 157

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: DESAFIO DE PROMOVER A SAÚDE EXTRA HOSPITALAR

Maria Jussara Medeiros Nunes
Palloma Rayane Alves de Oliveira Sinezio
Mayame Jordânia Rebouças de Oliveira
Libne Lidianne da Rocha e Nóbrega
Nayanne Victória Sousa Batista
Gabriel Victor Teodoro de Medeiros Marcos
Tania Maria das Chagas Costa
Maria Cleide Araújo de Medeiros Moraes
Francisca Gilberlania da Silva Santos Barreto
Lívia Natany Sousa Moraes
Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.97920271016

CAPÍTULO 17..... 166

GÊNERO, *SCRIPT SEXUADO* E PROFISSÕES JURÍDICAS

Maria Carolina Loss Leite

DOI 10.22533/at.ed.97920271017

CAPÍTULO 18..... 178

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL PARA CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE IRÃO IMPACTAR EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Bruna Lara Campos de Moraes
Jaqueline Maissiat

DOI 10.22533/at.ed.97920271018

CAPÍTULO 19.....	191
BLENDED LEARNING: COMO INOVAR O ENSINO HÍBRIDO COM O USO DE VIDEOCONFERÊNCIA	
Rodolfo Faquin Della Justina	
Guilherme Mattei Orbem	
Eliane Pozzebon	
Jefferson Pacheco dos Santos	
Eduardo Gonzaga Bett	
Ismael Mazzuco	
DOI 10.22533/at.ed.97920271019	
CAPÍTULO 20.....	201
CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR: EU NA UNIOESTE	
Janaina Aparecida de Mattos Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.97920271020	
SOBRE OS ORGANIZADORES	210
ÍNDICE REMISSIVO.....	211

VIOLÊNCIA URBANA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Data de aceite: 01/10/2020

Adelcio Machado dos Santos

Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC).

Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp.

Adriana Silva

Advogada. Assessora da Secretaria de Estado da Saúde.

RESUMO: A violência urbana é um fenômeno presente em várias cidades do país, afetando uma grande massa da sociedade nacional. Diariamente os telejornais divulgam notícias de assassinatos, sequestros, assaltos, entre outros tipos de infortúnios, provocando enormes desgastes sociais e descontentamento por parte dos cidadãos. Este artigo resulta de uma reflexão sobre a violência urbana e suas representações sociais instaladas no Brasil. Como forma de pesquisa, foi utilizada a revisão integrativa da literatura, a partir de fontes secundárias publicadas sobre o tema encontradas nas bibliografias. A evolução humana não se dá por estruturas ou caminhos predeterminados, mas sim, pela determinação de seus próprios ensejos, que nascem do encontro dos indivíduos, dos grupos sociais, das diferentes culturas. Diante deste contexto, surgem as representações sociais que edifica sua tese na construção do

cotidiano de cada cidadão, buscando entender suas lutas, seus espaços, suas formas de comunicação e o que eles produzem de saberes, com foco nos comportamentos e experiências sociais. A violência urbana é qualificada como sendo aquela que fere os princípios que regem nossa legislação. As suas causas são as mais diversas, podendo citar como exemplos, a desigualdade social, infraestrutura precária, baixos salários, desemprego, invisibilidade, dentre outros. Dessa forma, as representações sociais buscam entender focos macrossociais, incluindo os novos contextos de sociabilidade que desafiam os mecanismos de controle social, de segurança e mudanças culturais. Conclui-se que a sociedade brasileira pode estar diante de novas formas de sociabilidade, que incluem a violência como forma de estruturação do social e de solucionar tensões e conflitos.

PALAVRAS - CHAVE: Violência Urbana; Representações Sociais; Controle Social

URBAN VIOLENCE AND ITS SOCIAL REPRESENTATIONS

ABSTRACT: Urban violence is a phenomenon present in several cities in the country, affecting a large mass of national society. Daily news reports broadcast news of murders, kidnappings, robberies, among other types of misfortune, causing enormous social stress and discontent on the part of citizens. This article results from a reflection on urban violence and its social representations installed in Brazil. As a form of research, an integrative literature review was used, from secondary sources published on the topic found in the bibliographies. Human

evolution does not happen through predetermined structures or paths, but through the determination of its own opportunities, which arise from the encounter of individuals, social groups, different cultures. In this context, the social representations appear that build his thesis in the construction of the daily life of each citizen, seeking to understand their struggles, their spaces, their forms of communication and what they produce from knowledge, focusing on social behaviors and experiences. Urban violence is classified as being that which violates the principles that govern our legislation. Its causes are the most diverse, being able to mention as examples, social inequality, precarious infrastructure, low wages, unemployment, invisibility, among others. In this way, social representations seek to understand macro-social focuses, including the new contexts of sociability that challenge the mechanisms of social control, security and cultural changes. It is concluded that Brazilian society may face new forms of sociability, which include violence as a way of structuring the social and solving tensions and conflicts.

KEYWORDS: Urban Violence; Social Representations; Social Control.

1 | INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI serão lembradas como um período de acontecimentos turbulentos e truculentos, a cada momento cidadãos se veem ameaçados e convivendo com a violência. A violência em massa imposta nos oprime com seu legado de destruição, mas esta herança está relacionada às interações dos cidadãos com novas tecnologias, resultando em mudanças de hábitos, valores e novas ideologias, que modificam a sociedade.

Acontecimentos locais são influenciados de forma direta por vivências de cidadãos em toda a parte do mundo, que são repassados de forma rápida através dos meios eletrônicos. O tempo livre, assim como também o seu dia-a-dia tomam forma de ideologias, que despertam e fazem crescer a perspectiva quanto à realização do desejo de conhecer outros lugares, outras gentes, outras culturas e divulgar através de imagens no momento dos acontecimentos.

No entanto, a este fenômeno aumenta a desigualdade social prejudica e limita o status social do cidadão. O fenômeno da inequidade se manifesta no acesso aos direitos, como dito anteriormente, mas principalmente no acesso as oportunidades. Diante dessa mazela, a violência surge como representação social na busca de direitos, de igualdade, de mudança de ideologia.

Michaud (1989) menciona que a violência é aquilo que as sociedades consideram como tal, diferenciando de uma cultura e de uma sociedade para outra, e conforme o momento histórico vivido.

No mesmo sentido, Maffesoli (1987) discorre que uma das grandes mazelas da violência contemporânea se identifica quando ela se afasta de sua dimensão de costumes e hábitos do tecido social. Segundo o autor, quando a violência não cumpre esta função, ela se volta a subdividir em lutas de cidadãos entre si, formando grupos autônomos voltados a

ferozes que se difundem no cotidiano da sociedade.

No tocante ao tema representações social, destacam-se o ensinamento de Jodelet (1985), que defende como sendo um modelo de conhecimento prático orientado para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos.

Já na visão de Moscovici (1978), as representações sociais são entidades quase tangíveis, ou seja, elas circulam e solidificam entre si constantemente, num encontro do nosso cotidiano, que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos.

Vale ainda lembrar que todos os aspectos que contornam a vida de um indivíduo, até o momento histórico-cultural em que ele está pregado são, de certa forma, formadores das representações sociais que fazem parte do seu contexto social e que nele existam diversos meios que servem para regular as condutas dos membros da sociedade visando à harmonia da vida social.

No entanto, em que se pese à aplicação de normas regulamentadoras de direitos, muitos de nós convivemos diariamente com a violência urbana, com histórias tristes, mudanças de hábitos, mortes e destruição de famílias e com desrespeito aos direitos dos cidadãos de bem.

Nenhum país, nenhuma cidade, nenhuma comunidade estão imunes à violência, mas, também, não estamos impotentes diante dela. A violência pode ser equalizada. As culturas violentas podem ser transformadas. Os governos, as comunidades e os próprios indivíduos podem fazer a diferença.

2 I SOCIABILIDADE, CONTROLE SOCIAL, SEGURANÇA E DIREITO

A sociabilidade pode ser entendida como sendo um processo de aprendizagem pela qual passamos durante toda a nossa vida e por meio do qual aprendemos as características do meio em que vivemos.

Gastaldo e Braga (2013), assim definem sociabilidade:

[...] normalmente, ao se aplicar essa noção a fenômenos midiáticos, considera-se somente a definição da situação proposta pelo discurso dos meios, sendo esta definição vista como expressão da ideologia ou da hegemonia de grupos de cujos interesses os meios são porta-vozes (GASTALDO; BRAGA, 2013, p. 37).

Para Simmel (1998), a sociabilidade se divide em três fases: a primeira é a que se destaca na sua inserção no campo da sociologia das formas; já a segunda, está ligada na relação em que o autor chama de sociação e a terceira, busca-se o conceito e a tragédia da cultura.

A sociedade é, então, o conjunto de ações mútuas que mudam em grande escala de intensidade de acordo com o conteúdo ou matéria da sociação. É neste histórico

que o homem busca contatos com os seus semelhantes para formar grupos sociais, e é através desta interação que ele se completa, desenvolvendo sua potencialidade e suas competências, com troca de experiências.

Dessa interação, há crescimento, desenvolvimento pessoal e social. Nesta linha, Mondin (1986) discorre:

O homem é um ser sociável, pois tem a propensão para viver junto com os outros e comunicar-se com eles, torná-los participantes das próprias experiências e dos próprios desejos, conviver com eles as mesmas emoções e os mesmos bens. Ele também é um ser político. A politicidade é o conjunto de relações que o indivíduo mantém com os outros, enquanto faz parte de um grupo social (MONDIN, 1986, p. 154).

Na mesma esteira, Nader (2007) completa:

Na cooperação, as pessoas estão movidas por um mesmo objetivo e valor e por isso conjugam o seu esforço. Na competição há uma disputa, uma concorrência, em que as partes procuram obter o que almejam visando à exclusão da outra. (...) O conflito se faz presente a partir do impasse, quando os interesses em jogo não logram uma solução pelo diálogo e as partes recorrem à luta, moral ou física, ou buscam a mediação da justiça (NADER, 2007, p.25).

O homem é um ser social e político, vivendo em grupos, em sociedades. É natural que no meio deles ocorram conflitos, desentendimentos e interesses divergentes. No entanto, o homem sente necessidade de segurança e anseia harmonia social.

Ocorre que, para que a sociedade subsista é imperioso que os conflitos existentes sejam resolvidos e para tanto, o homem dispõe de vários meios com o intuito de controlar as ações humanas e trazer um equilíbrio à sociedade.

São os instrumentos de controle social que estão enquadrados nas nossas legislações. Mormente nas socioculturais herméticas, a sua condição é atômica, irradiando-se para o todo, a ponto de se ter já repetido a fatura que é o Direito, solidário a quase todas as demais manifestações sociais.

Morais (2002) defende que na complexidade da trama sociocultural, vê-se a nitidez de um fato: o Direito. Para o autor, toda sociedade é um tratado de valores que impulsiona a relação entre direitos e deveres, aplicando preceitos com o objetivo de impedir que a diversidade de interesses seja transformada em hostilidade e caos.

Nesta tese, o fato jurídico pode apresentar, por si mesmo e no âmbito de seus indícios ímpares, algum sentido. Contudo, tal fato só pode cobiçar seu patamar de significação quando integrado no amplo complexo cultural e social.

Nesta linha, Durkheim (1928) descreve que é nas sociedades humanas que o Direito se desenvolve, atingindo nelas maior refinamento e sutileza. Neste sentido, o autor justifica que o direito é identificado com as relações sociais e com a solidariedade igualitária e definido como fato social.

Neste seguimento, considerando-se que as culturas “falam” de suas crenças, convicções e projetos por meio do direito, buscando ampliar sua visão quanto à organização cultural e quanto à problemática social.

Para Morais (2002), o direito não pode ser visto como sendo algo que cai de algumas ideias soltas sobre o mundo impuro dos simples mortais, ou seja, ele deve ser visto como sendo uma ciência que nasce da própria dinâmica social e cuja existência só se justifica no coletivo e no individual, sendo uma construção do pensamento e ciência que objetiva ajudar a planificação do homem.

Já Rosa (1970), descreve que o estudo doutrinário da lei jamais pode ser separado do modelo de Sociologia do Direito. Isto porque, segundo o autor, embora o estudo doutrinário esteja interessado na ideologia, esta é sempre uma abstração da realidade social, colocando-se como questão de um dos grandes problemas com que se defronta com o direito moderno, que é a necessidade de melhor compreender o Direito como fato social e não apenas como um conjunto de normas que formam um sistema lógico, disciplinador da vida em sociedade.

Neste seguimento, entender o indivíduo como meio social é imprescindível, por conseguinte, os fatores sociais e culturais são de fundamental relevância no processo de moldagem de qualquer sociedade. Assim, vale acrescentar os ensinamentos de Touraine (1975):

A sociedade não é apenas reprodução e adaptação; é também criação, produção de si. Ela tem a capacidade de definir-se a si mesma e, portanto, de transformar, por meio da ação do conhecimento e do investimento, as relações com a realidade que a envolve, constituindo desse modo o seu ambiente. A sociedade humana dispõe de uma capacidade de criação simbólica graças à qual entre uma “situação” e condutas sociais se interpõe a formação do sentido, um sistema de orientação das condutas. A sociedade humana é o único sistema natural conhecido que tem essa capacidade de formar e transformar seu funcionamento a partir dos investimentos que faz e da imagem que tem de sua capacidade de agir por conta própria (...) (TOURAINÉ, 1975, pp. 16-17).

A questão social, defendida por Neto (1992), se expressa em suas refrações e seus sujeitos que geram formas de seu enfrentamento. No entanto, a sua formação está na maneira com que os indivíduos se estabelecem para produzir num determinado momento histórico e que tem continuidade na esfera da reprodução social.

Para Aron (2002), a divisão do trabalho é estrutura de toda a sociedade, de que a divisão técnica ou econômica do trabalho não passa de uma manifestação. Segundo o autor, para estudar cientificamente um fenômeno social, é preciso estudá-lo objetivamente, isto é, do exterior, encontrando o meio pelo qual os estados de consciência não perceptíveis diretamente podem ser reconhecidos e abarcados. Estes são os fenômenos jurídicos.

No entanto, para selar a paz, é necessário estar inserido no contexto social o seu

controle, que poder ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública.

Vale lembrar que a participação da sociedade no controle social fortalece as políticas públicas, tornando-as mais acertadas às necessidades da coletividade e ao interesse público, tornando-as mais eficientes. Neste sentido, quando equalizamos este equilíbrio, a segurança que busca o combate à criminalidade e a execução das leis penais tornam-se efetiva ao exigir o cumprimento de regras sociais, buscando a eliminação dos seus conflitos.

Entretanto é necessário eliminar tradições arraigadas no seio da sociedade, pois estas emperram o seu desenvolvimento. A vulgarização da violência urbana e os crescentes índices de criminalidade alarmam cada vez mais a população brasileira. Não se vive hoje sem o medo constante da agressão física ou moral; não se consegue mais estabelecer um sentimento de segurança plena.

O retorno dos caminhos do crime e da violência não é um processo pedagógico fácil, pois exige muito de todos os que estão envolvidos para o seu combate. Todo esse enlace está entrelaçado no desafio de vivenciar e praticar valores fundamentais da cidadania, buscando estimular e apoiar a todos no direito de refazer os caminhos de suas vidas quando tenham fracassado em sua humanidade.

Emerge, assim, que, nos termos de Moraes (2002), se nenhum edifício se sustenta sem os seus fundamentos ou alicerces, existe um direito vivo e dinâmico inerente às pulsações da vida social, o qual transcende os registros um tanto estáticos dos códigos. Logo, o ensino jurídico que não ensine as origens e a contextualização das normas, não logra projetar muitas luzes.

2.1 O Sujeito Como Produto: Realidade Social

O homem é visto num aspecto mais abrangente como sendo um cientista imperfeito. Inseridos numa realidade social, esses sujeitos e seus laços estabelecem repertórios que levam ao isolamento e descontentamentos alinhados a um modelo de vida imposto pelo capitalismo. De tal sorte, embora o mal-estar esteja presente entre uma grande massa da população, há aqueles que se tornam suas vidas mais criativas e que lutam pelos seus direitos.

Corroborando Rosa (1970) que há uma realidade particular de cada processo histórico, ou grupal, muito própria e diferenciada, dentro de um quadro mundial que tende para a redução das diversidades fundamentais e para a maior influência mútua de todos os grupos humanos. A essa realidade particular corresponde à produção e instituições também particulares, entre elas, as jurídicas.

Embora sejam muito diversas, em razão da peculiaridade de seus contextos

culturais, as sociedades apresentam, também, características comuns. Sendo sistemas sociais, necessitam do desempenho de certas funções universais, indispensáveis ao prosseguimento de seu curso.

Neste sentido, Kopnin (1978) discorre:

(...) o homem reflete a realidade não apenas tal qual ela existe imediatamente, mas também como pode e deve ela ser para as necessidades sociais dele. Voltado, desde o início, para a satisfação de necessidades práticas do homem, o conhecimento cria, não raro, imagens dos objetos que não foram observados na natureza, mas devem e podem ser realizáveis na prática. A pesquisa autenticamente científica está imediatamente voltada para a procura de formas e ideias segundo as quais o mundo deve ser mudado (KOPNIN, 1978, p.228).

Vale lembrar que a participação na dinâmica social se inicia com a interiorização de uma realidade já delineada. Neste sentido, ao integrar esse fato, o indivíduo assume o mundo social e toma-se membro da sociedade, cujas regras, valores, padrões comportamentais e representações serão por ele compartilhados.

Ademais, toda a organização da sociedade e as relações de interação que os indivíduos estabelecem entre si estão, de certo modo, ligados a determinadas instituições ou organizações, também desenvolvidas pelos indivíduos. Nesta linha, acrescentamos o ensinamento de Lipiansky (1991):

Não se pode colocar ideologia de um lado, e o consumo passivo da ideologia do outro. Ela não se impõe de fora à consciência individual ou coletiva. Ela responde de dentro às necessidades cognitivas e psíquicas do sujeito que lhe dá sua adesão porque ele encontra nela um modelo de ligação e de articulação de representação, de ações e de crenças pelas quais pode se exprimir ao mesmo tempo sua relação com o ambiente (a partir do lugar e da posição que ele ocupa no campo social) e os mecanismos psicológicos que lhe permitem afirmar e defender sua identidade, o equilíbrio e a consistência do seu campo cognitivo (LIPIANSKY, 1991, pp. 57-58).

Pessoa (2001) discorre que a personalidade abarca o conjunto de traços que inclui temperamento, caráter, sentimentos e capacidades. Para o autor, uma das suas características mais admiráveis é a individualidade, segundo a qual a personalidade forma um conjunto único, que torna cada pessoa distinta das outras. Estes artefatos formam uma estrutura dinâmica, porquanto, mudam com as novas experiências.

No mesmo sentido, ao advertir que, no capitalismo, mais que o fator econômico de uma sociedade, está em jogo a vida dos cidadãos, vale lembrar que neste contexto existam falhas e diferenças de pensamentos, alinhados numa circularidade incessante.

Para Lenhard (1978), o recém-nascido que se apresenta como novo membro da sociedade e ciente de sua cultura começa por ser, apenas um organismo, possuindo um potencial de desenvolvimento psíquico, mas não uma “personalidade”, propriamente dita. Isto porque ele é visto como sendo um humano em um sentido ético, como objeto de

valor social e não como sujeito de vontade, conhecimento e capacidade, sendo que é a socialização por meio da educação que faz crescer nele a humanidade ativa. Nesta expectativa, apresentamos a fala de Sztompka (1998):

A característica humana é algo que os homens constroem nas relações entre si, em todos os campos e expressões da vida, ao longo de sua existência, na dinâmica relação de ideais, de valores e conhecimentos. Ela está implícita e explícita nos sistemas religiosos, filosóficos, científicos, econômicos e outros, desenvolvidos ao longo de toda a história humana. A natureza humana não é caracterizada por meio de um conjunto fixo de propriedades universais, mas como relação especificamente humana com o meio ambiente, as pessoas em face do contexto natural e social no qual existem. A natureza humana deriva da rede de relações pela qual o ser humano se integra à sociedade e à natureza (...) um ser humano aparece, pois, como ponto nodal, um nó em uma vasta rede de relações sociais (SZTOMPKA, 1998, p. 282).

Vale lembrar que a evolução humana não se dá por estruturas ou caminhos predeterminados, mas sim, pela determinação de seus próprios ensejos, que nascem do encontro dos indivíduos, dos grupos sociais, das diferentes culturas. Neste seguimento, a humanidade é algo que se supera, que se amplia, em múltiplas dimensões da vida. Nessa característica está a diferença com as outras formas de vida.

Além disso, quando as pessoas assumem ter alcançado seus objetivos na esfera do seu destino e descobrem que a construção da sociedade depende de sua vontade e de suas escolhas, a democracia pode tornar-se, por tanto, uma realidade.

Nesta dinâmica, Azevedo (2008) relata que a reação social ao desvio evolui nas sociedades modernas em direção a modos de controle mais formais e mais institucionalizados, que abarca o Direito e as instituições judiciárias estatais, caminhando na direção de técnicas baseadas no convencimento do que na coerção, com o apoio dos meios de comunicação de massa.

Neste contexto, a convivência social, por não ser natural, tem que ser instruída, aprendida e desenvolvida todos os dias. Essa é uma tarefa de toda a vida de uma pessoa ou de uma sociedade. Ademais, a dinâmica da vida, da convivência entre os homens, deve ter como base o respeito pelo outro, com todas as suas diferenças de opiniões, de valores e ideologias.

Para Toro (1993) é preciso compreender os princípios norteadores das convivências básicas para se conviver numa sociedade que é aprender a não agredir o semelhante: fundamento de todo modelo de convivência social.

Meneghetti (2012) discorre que o súdito somente poderá requerer o bem-estar para o social depois de estar realizado consigo mesmo, ter compreendido tantas coisas sobre si mesmo para poder trabalhar e realizar aquilo que verdadeiramente lhe cabe na história.

As reflexões de Duguit (1996), também, contribuem com o tema:

O homem vive em sociedade e só pode assim viver; a sociedade mantém-se apenas pela solidariedade que une seus indivíduos. Assim uma regra de conduta impõe-se ao homem social pelas próprias contingências contextuais, e esta regra pode formular-se do seguinte modo: Não praticar nada que possa atentar contra a solidariedade social sob qualquer das suas formas e, a par com isso, realizar toda atividade propícia a desenvolvê-la organicamente. O direito objetivo resume-se nesta fórmula, e a lei positiva, para ser legítima, deve ser a expressão e o desenvolvimento deste princípio. (...) A regra de direito é social pelo seu fundamento, no sentido de que só existe porque os homens vivem em sociedade (DUGUIT, 1996, pp. 25-26).

É importante lembrar que os valores morais e cívicos são compartilhados entre os seus membros familiares, bem como o lugar que cada um encontra para ocupar naquele núcleo, se manifesta. Porém, para o sujeito entender sobre o espaço que ele ocupa não é uma tarefa simples, pois ele precisa processar sua corresponsabilidade frente suas queixas que causam dor e que se não ouvidas podem doravante emergir um sofrimento ou causar dano a outrem.

2.2 Violência Urbana e Suas Representações Sociais

A violência urbana é qualificada como sendo aquela que fere os princípios que regem nossa legislação. As suas causas são as mais diversas, podendo citar como exemplos, a desigualdade social, infraestrutura precária, baixos salários, desemprego, invisibilidade, dentre outros.

Neste contexto, é manifesto que atualmente a violência está cada vez mais constante no meio social dos indivíduos. Destaques no mundo científicos, uma série de estudos em torno da criminalidade em seu caráter de elemento social inerente às relações entre os homens.

Nesta linha, Baudrillard (1990) comenta:

Numa sociedade em que, à força de profilaxia, de extinção das referências naturais, de embranquecimento da violência, de exterminação dos germes e de todas as partes malditas, de cirurgia estética do negativo, só se quer tratar com a gestão calculada e com o discurso do Bem, numa sociedade em que já não há possibilidade de enunciar o Mal, este metamorfoseou-se em todas as formas virais e terroristas que nos obsessionam (BAUDRILLARD, 1990, p. 89).

Nessa ligação social, o indivíduo é o próprio idealizador de suas conquistas e implicações, sendo estes delineados em todos os sentidos, incluindo neste contexto, a violência através das relações com os demais seres humanos, por meio do campo da cultura, da política, da economia, da educação, etc.

Neste sentido, aproveitamos o ensinamento de Sztompka (1998):

A natureza humana não é caracterizada por meio de um conjunto fixo de propriedades universais, mas como relação especificamente humana com o meio ambiente, as pessoas em face do contexto natural e social no qual

existem. A natureza humana deriva da rede de relações pela qual o ser humano se integra à sociedade e à natureza (...). Um ser humano aparece, pois, como ponto nodal, um nó em uma vasta rede de relações sociais (SZTOMPKA, 1998, p. 282).

Vale lembrar que os valores e ideologias que agrupam os direitos humanos ao respeito, à solidariedade e à cooperação entre os homens não se formam em barreiras de convívio social. Isto porque, suas expressões voltadas ao direito e sua identidade individual adentra na diversidade e na diferença das culturas.

A respeito do tema, Bourdieu (2001) esclarece que não é simples a tarefa de definir a violência. Para o autor, os conceitos voltados ao tema têm sido apoiados para falar de muitas práticas, hábitos e disciplinas, de tal modo que todo comportamento social pode ser aceito como violento, inclusive o baseado nas práticas educativas.

No mesmo sentido, expõe Arendt (2000):

Falando genericamente, a violência sempre brota da impotência. É a esperança daqueles que não tem poder [consentimento ou apoio do povo] de encontrar um substituto para ele – e essa esperança, penso, é em vão. Pelo mesmo motivo, é uma ilusão perigosa medir o poder de um país pelo seu arsenal de violência. Que um aumento da violência seja um dos grandes perigos do poder das comunidades, especialmente para as repúblicas, é umas das percepções mais antigas da ciência política. Sustentar, por exemplo, que este país é o mais poderoso da Terra porque possui o maior arsenal de instrumentos destrutivos é cair na equiparação comum e errônea de poder com violência (ARENDR, 2000, p. 34).

Por sua vez, as representações sociais, sendo marcadas como formas de conhecimento prático, submergem mais nomeadamente entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum. O nascimento da teoria das representações sociais se deu em um período histórico abalizado por mudanças acirradas pela insatisfação dos indivíduos.

Sua justificativa se deu pela tentativa de superação através de um modelo científico que defendia formas excessivas dos saberes em detrimento da cultura do senso comum, depreciando para tal, o valor das crenças e dos conceitos culturais instalados em um meio social.

Buscando conceitos sobre representações sociais, Jodelet (1985) alinha sua tese aos gêneros do conhecimento prático orientados para a comunicação e para a apreensão do contexto social, material e idealizador em que vivemos.

Já Guareschi (1996) argumenta que é por meio do conceito de relação que é sustentado pela compreensão de que os objetos, a sociedade, a vida social, o ser humano, tudo o que existe, se forma mediante relações. Assim, para o autor, a teoria das representações sociais coloca uma sinopse entre o individual e o social, o interno e o externo, o estático e o dinâmico, a gênese e a estrutura, o consistente e o mutável, o material e o simbólico.

Jodelet (1984) propõe a seguinte definição da representação social:

O conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais abrangente, ela designa uma forma de pensamento social. As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientado para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos da representação remete às condições e ao contexto das quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam, às funções que elas têm na interação com o mundo e com os outros (JODELET, 1984, pp. 361-362).

Com o objetivo de contribuir, Jovchelovitch (2000) defende que as representações sociais estão inseridas em reuniões públicas, nos cafés, nas ruas, nos meios de comunicação, nas instituições sociais, enfim, nos encontros públicos de intérpretes sociais, nos ambientes em que eles se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano.

Para Moscovici (2007) a Teoria das Representações Sociais é vista como sendo um encontro de consequências entre as interações humanas que advém dos encontros das pessoas nos diferentes espaços (...).

Já no entendimento de Fernandes e Andrade (2016):

As representações sociais podem ser abstratas, impessoais ou concretas e pessoais. Assim, destacam o aspecto não apenas social, mas individual, ou seja, a representação social personificada. Por serem elementos simbólicos, as representações sociais apontam conhecimentos, opiniões, crenças e valores incorporados nas práticas das diversas situações vivenciadas. (FERNANDES, ANDRADE 2016, p. 50).

Em que pese à representação social ser entendida como uma teoria do conhecimento e da comunicação, ela possui um grande potencial para explicar a aprendizagem e seus processos instrucionais.

Nesta gama, o que se busca saber qual é a extensão em que os indivíduos, compartilham representações sociais e têm nelas as suas crenças e comportamentos orientados por elas, ou mesmo, a maneira como os indivíduos participam para construí-las e comunicá-las.

Para Duveen e De Rosa (1992), a prática do conhecimento sobre as representações sociais ocorre antes de uma avaliação sobre objetos da realidade, visto que, para o autor, as crianças já se apresentam capacitadas para proferir avaliações ordenadas antes de terem ideias estruturadas sobre as coisas.

Já para Vala (1996), há que se ponderar que os indivíduos não se guiam por uma única representação social frente a um dado objeto social, mas sim, por tantos quantos sejam os grupos de que os indivíduos fazem parte.

No entanto, Breakwell (1993) questiona a interação dos indivíduos com as representações sociais. Para ele, caso isso ocorra, o conhecimento decorrente de um contexto entre grupos diversos pode combinar em representações individuais devido à sua coexistência levados para o pessoal.

As representações sociais para Bergmann (1998) são como disposições comportamentais adquiridas, juntamente com os outros conceitos sociopsicológicos de valores e atitudes, com maior estabilidade que as últimas.

Na visão de Ajzen (2001), os indivíduos operam conforme seus fins e percepções de mando sobre o comportamento, sendo os escopos gerenciados pelas atitudes frente ao comportamento e normas subjetivas percebidas.

Para Moliner (2001) as representações sociais não são construções rígidas, visto que elas podem sofrer alterações. Nessa concepção, o sujeito é visto como um idealizador dos seus sentidos, revelando em seu aspecto, o sentido que dá à sua experiência no mundo social.

Neste sentido, podemos dizer que as representações sociais se revelam como um conjunto de presunções, reações e estimativas que dizem respeito a determinados pontos, em diferentes contextos sociais.

Além disso, elas podem ser consideradas como um modelo prático orientado para atuar na comunicação e compreensão do contexto social, que circulam entre os seus indivíduos, podendo em alguns casos, ocorrer mudanças culturais e ideologia que emergem para o bom senso de todos os envolvidos.

Mudar de forma bruta uma realidade social, sem que haja planejamento, sustentação e implantações de políticas públicas é uma tarefa que demanda tempo e dedicação, não apenas pelos seus órgãos gestores, como também pelo próprio homem.

Quando tratamos de violência urbana, esta temática se torna ainda mais relevante, visto que acabar com sua mazela é necessário investir em uma gama de oportunidades e expectativas, em áreas como educação, saúde, lazer, moradia, dentre outros.

Neste contexto, podemos concluir que as representações sociais possuem funções e aplicabilidades nos grupos sociais, buscando respostas à identidade, a orientação e a justificativa dos anseios dos indivíduos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma reflexão sobre a violência urbana e suas representações sociais instaladas no Brasil, fazendo um estudo através dos conceitos, com focos macrosociais, incluindo os novos contextos de sociabilidade que desafiam os mecanismos de controle social, de segurança e mudanças culturais.

As representações sociais são dinâmicas e se transformam no tempo e no espaço. Seu estudo favorece uma oportunidade para compreendermos os modelos de cognição

social que interferem no pensamento social.

Antever comportamentos a partir de representações sociais não é uma tarefa fácil, pois existe uma gama de variáveis que atuam na determinação de ações humanas. Desta feita, o caráter social da representação aparece por meio de um sistema de códigos e de interpretações abastecidos pela sociedade ou através da importância de valores e de aspirações sociais.

Isto posto não deixa de ser importante ressaltar, que estas são indicações de que a sociedade brasileira pode estar diante de novas formas de sociabilidade, que incluem a violência como forma de estruturação do social e de solucionar tensões e conflitos, pelo que se pode depreender das análises até aqui elaboradas.

Sabemos que a violência urbana se tornou hoje um tema de debate nacional. É evidente que a sua fereza, seja no campo ou nas cidades, sempre ocorreu, assumindo formas específicas conforme o momento histórico, e atingindo, preferencialmente, as camadas subalternas da população, onde sempre deixou cicatrizes profundas.

REFERÊNCIAS

AJZEN, I. Nature and operation of attitudes. **Annual Review of Psychology**, v. 52, n. 1, p. 27-58, Fev 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 474 p.

ARON, Raymond. **Etapas do Pensamento Sociológico**. Tradução de Sérgio Bati. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 579 p.

AZEVEDO, R. G. Sistema penal e violência de gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 113-35, Jan/Abr 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal: ensaio sobre fenômenos extremos**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1990. 157 p.

BERGMANN, M. M. Social representations as mothers of all behavioural pre-dispositions? Notes on the relations between social representations, attitudes and values. **PSR**, n. 7, p. 77-83, Jan 1998.

BREAKWELL, G. M. Social representations and social identity. **Papers on Social Representations**, v. 2, n. 3, p. 1-27, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Tradução de Bernardo Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 322 p.

DURKHEIM, Emilio. **La división del trabajo social**. Madrid: Daniel Jorro, 1928. p. 57- 81; p. 123-29.

DUGUIT, Leon. **Fundamentos do Direito**. Tradução de Márcio Pugliesi. São Paulo: Ícone, 1996. p. 25-26.

DUVEEN, G.; ROSA, A. Social representations and the genesis of social knowledge. *Papers on Social Representations*, **PSR**, v. 1, p. 94-108, Jan 1992.

FERNANDES, J. S. G.; ANDRADE, M. S. Representações sociais de idosos sobre velhice. **Arq. bras. psicol.**, v. 68, n. 2, p. 48-59 Ago 2016.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais: alguns comentários oportunos. *In: NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. (org.). **Novas contribuições para teorização e pesquisa em representação social***. Florianópolis: Coletâneas da ANPEPP 10, 1996. p. 9-35.

GASTALDO, Edilson; BRAGA, Adriana. A Escola de Chicago e a história dos estudos de comunicação no Brasil. *In: LIMA, João C.G. R.; MELO, José M. (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil: 2012/2013 – Memória***. v. 4. Brasília: IPEA, 2013. p. 33-51.

JODELET, Denise. Reflection sur le traitement de la notion de representation sociale. *In: JODELET, Denise (org.). **Les Representations Sociales***. Paris VI, (2-3), 1984. p. 15-41.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. *In: MOSCOVICI, Serge (ed.). **Pensamiento y vida Social. Psicología Social y Problemas Sociales***. Barcelona: Paídos, 1986. p. 469-94

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. 232 p.

KOPNÍN, Pavel Vasilievich. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 354 p.

LENHARD, Rudolf. **Sociologia educacional**. 4. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1978. 198 p.

LIPIANSKY, Edmond Marc. Représentation sociales et idéologies. Analyses conceptuelles. *In: AEBISCHER, Verena; DECONCHY, Jean-Pierre; LIPIANSKY, Edmond Marc. (eds). **Idéologies et représentations sociales***. Cousset: Delval, 1991. p. 35-63.

MAFFESOLI, Michel. **A dinâmica da violência**. Tradução FRANÇA, Cristina M. V. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987. 162 p.

MENEGHETTI, Antônio. **Dicionário de Ontopsicologia**. 2. ed. Recanto Maestro: Ontopsicológica Editora Universitária, 2012. 288 p.

MICHAUD, Yves. **Violence et politique**. Paris: Gallimard, 1978. 240 p.

MOLINER, Pascal. Formation et stabilisation des représentations sociales. *In: MOLINER, Pascal. (ed.), **La dynamique des représentations sociales***. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2001. p. 15-41.

MOSCOVICI, Serge. **A representação Social da psicanálise**. Tradução CABRAL, Álvaro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Tradução GUARESCHI, Pedrinho A. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. 404 p.

MONDIN, Battista. **O homem, quem é ele?** São Paulo: Paulinas, 1986. 336 p.

MORAES, Regis de. **Sociologia Jurídica Contemporânea**. Campinas: Edicamp, 2002. 255 p.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 456 p.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista da ABEPSS**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, Jan/Jul 2001.

PESSOA, Xavier Carneiro. **Sociologia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2001. 204 p.

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. **Sociologia do Direito - o fenômeno jurídico como fato social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 224 p.

SZTOMPKA, Piotr. **A história como produto humano: a teoria da agência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 568 p.

SIMMEL, George. O conceito e a tragédia da cultura. *In*: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (eds.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 79-108.

TOURAINÉ, Alain. **La produzione della società**. Bolonha: Il Mulino, 1975. p.16-7.

TORO, Jose Bernardo A.; RODRIGUEZ Martha Consuelo G. **Decisiones para el éxito escolar: lo que enseña la experiencia y la investigación en educación**. Bogotá: Fundación Social - Programa de Comunicación Social, 1993. 10 p.

VALA, Jorge; CASTRO, Paula Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. *In*: VALA, Jpoge; MONTEIRO, Maria Benedicta. (coord.). **Psicologia social**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. p. 353-84.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 28, 29, 35, 62

Assistência de Enfermagem 158, 159, 160, 163, 164, 165

C

Centro de Atenção Psicossocial 12, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165

Cibercultura 12, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 144

Cidadania 9, 4, 18, 31, 32, 33, 38, 57, 90, 108, 114, 133, 135, 136, 137, 138, 142, 163, 204

Cinema 59, 60, 61, 62, 64, 65, 69

Comunicação online 12, 133

Comunidade 10, 11, 3, 4, 6, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 28, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 87, 105, 109, 112, 113, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 158, 163, 181, 182, 184, 188, 189, 192, 199, 203, 204, 208

Comunidade de Investigação 10, 36, 37, 38, 39, 42, 46

Consumo 12, 21, 91, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143

Controle Social 85, 87, 88, 90, 96

Currículo 59, 60, 61, 63, 69, 73, 114, 124

Cursinho pré-vestibular 13, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208

D

Defensoria Pública 166, 170, 171

Diálogo 13, 17, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 60, 66, 74, 75, 88, 117, 119, 130, 141, 204

Diferença 17, 59, 60, 61, 63, 68, 69, 87, 92, 94, 103, 116, 118, 120

Diversidade 1, 2, 7, 8, 9, 41, 45, 81, 83, 88, 94, 101, 116, 117, 118, 119, 129

E

EAD 143, 144, 191, 192, 193, 210

Edificações 122, 123, 125, 131

Educação 2, 9, 10, 12, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 17, 19, 26, 27, 30, 31, 36, 37, 38, 46, 47, 48, 52, 57, 59, 60, 61, 69, 71, 79, 85, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 143, 144, 145, 155, 156, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 197, 200, 201, 202, 205, 208, 210

Educação Básica 3, 79, 100, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 201, 202, 204, 205, 207, 210

Educação Escolar Indígena 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9

Educação Intercultural 71, 72, 73, 76

Educação para o Pensar 10, 36, 37, 38, 45, 46

Educação Superior 71, 75, 173

Enfermagem psicossocial 158, 160

Enfermagem psiquiátrica 158, 160

Ensino 9, 10, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 146, 149, 152, 154, 155, 172, 173, 179, 182, 184, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Ensino Híbrido 10, 13, 48, 50, 51, 52, 56, 57, 191, 193, 197, 199, 200

Ensino Médio 10, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 52, 57, 78, 146, 173, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola 10, 11, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 48, 49, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 69, 75, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 134, 137, 144, 154, 156, 161, 162, 164, 165, 173, 179, 190, 201, 202

Estágio Supervisionado 11, 12, 13, 19

Experiência formativa 11, 115, 116

F

Filosofia 36, 37, 38, 41, 46, 47, 63, 65, 68, 69, 205, 207, 210

Formação 9, 11, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 31, 33, 38, 46, 52, 69, 71, 73, 74, 75, 79, 82, 83, 89, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 122, 123, 129, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 174, 188, 193, 197, 200, 208, 209, 210

Formação continuada do professor gestor 100

Formação de Professores 9, 3, 8, 9, 18, 20, 71, 74, 75, 79, 101, 102, 103, 112, 113, 114, 210

Formação Docente 18, 69, 74, 100, 104, 110, 111

Formação inicial do professor gestor 100

G

Gênero 9, 11, 12, 59, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 97, 148, 155, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Gestão Participativa 11, 14, 15

I

Inclusão 9, 10, 1, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 57, 69, 81, 83, 118, 120, 137, 141, 144, 160

Interculturalidade 11, 2, 81, 83, 84, 115, 116, 117, 118, 119, 120

L

Legislação Educacional 1, 2

M

Mercado de Trabalho 73, 145, 146, 147, 149, 155, 170, 171, 174

Metodologias ativas 10, 48, 49, 52, 54, 57, 179

Multiculturalidade 115, 116, 117, 119

P

Pais 10, 2, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 62, 110, 112, 116, 145, 149, 189

Percurso Formativo 10, 20, 22, 26

Prática Avaliativa 71, 72, 73, 77, 78, 79

Prática Pedagógica 19, 21, 23, 45, 52, 53, 71, 73, 79

Professor gestor 11, 100, 101, 112

Profissional 8, 20, 30, 101, 155, 156, 209

Projeto de Extensão Social 201, 203

Psicologia Escolar 28, 31, 35

R

Recursos Educacionais Abertos 20, 22, 24, 26

Representações Sociais 11, 85, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 161

S

Sala de aula invertida 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Saúde mental 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Segurança Pública 137, 178, 182, 188

Sociologia das Profissões 166, 174

T

Tecnologia Digital 12, 178, 179, 183

Tutor Inteligente 191, 192, 194, 198, 199

V


Videoconferência 13, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200


Violência Urbana 11, 85, 87, 93, 96, 97


**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


 **Atena**
Editora


Ano 2020

Militância Política e Teórico-Científica da Educação no **Brasil** 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020